

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT03.003

DESAFIOS DA PRÁTICA: ENSINO DE HISTÓRIA E DIÁLOGOS COM A LEI 10.639/03 NO ÂMBITO DA EMGRO-PB¹

Itacyara Viana Miranda²

Maria José Viana da Silva³

RESUMO

Passados pouco mais de vinte anos da implementação da Lei 10.639/03, ainda estamos vivenciando os desafios de sua prática. Transformações ocorreram e ocorrem no mundo a cada fração de segundo, em torno de um movimento que impulsiona uma mudança de mentalidade radical e necessária, a saber: romper com o mito da democracia racial, com a linearidade presente nas narrativas eurocêntricas da história, de silenciamento e negação do outro pelo fato de ser/existir. Nessa direção, objetiva-se corroborar, estimular e fortalecer ações voltadas ao debate das relações étnico-raciais no âmbito da educação básica, trazendo como exemplo o que vem sendo implementado pela Escola Municipal de Ensino Fundamental General Rodrigo Otávio – EMGRO, da rede municipal de educação da cidade de João Pessoa/PB. São respaldos/justificativa, os desafios da prática, inerentes a efetivação da normativa nacional, mas também o desenvolvimento de uma educação de base antirracista, sendo o Ensino de História campo de conhecimento que vem a contribuir com uma

- 1 Artigo produzido como resultado de projeto de extensão, edital de fluxo contínuo da Universidade Federal da Paraíba, ano 2025.
- 2 outora em Educação. Professora da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, itacyaravm@gmail.com;
- 3 Especialização em Administração Escolar. Professora Readaptada da Escola Municipal Geral Rodrigo Otávio - EMGRO, mariaita002@gmail.com.

memória e fortalecimento das identidades negras. Memória, identidade e educação antirracista, tornam-se conceitos basilares para o debate aqui proposto, em torno das formas de ver e contar a história. A metodologia consiste em uma pesquisa ação, de base qualitativa e revisão bibliográfica, com impacto direto na aplicabilidade da Lei 10.639/03 no ambiente escolar através de - palestra, exposição e oficina -, tudo isso, em favor de uma formação mais equânime, consciente e que esteja para além da narrativa, controversa, de existência da democracia racial no Brasil. Como resultado, espera-se uma melhoria na qualidade do Ensino de História, no sentido da efetivação de práticas, elaboração de saberes e do fortalecimento de uma cultura escolar atenta e capaz de contribuir com a formação do ser social.

Palavras-chave: Ensino de História, Lei 10.639/03, Educação Antirracista, Memória, Identidade negra.

INTRODUÇÃO

O Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras nas escolas se tornou obrigatório, desde o ano de 2003, tendo a Lei 10.639/03 como instrumento normativo da Educação Nacional. O reconhecimento e a valorização da história e cultura afro-brasileira, é, pois, caminho necessário para a descolonização do currículo, do fazer docente e dos saberes. Mas, como as escolas vêm se adequando a esse currículo e sua aplicabilidade? Tal questionamento, nos leva a um objetivo, o que seja: Corroborar com diálogos escolares, no intuito de estimular e fortalecer ações voltadas ao debate das relações étnico-raciais no âmbito da educação básica. Nesse sentido, frear estratégias ideológicas de silenciamento na e pela história se apresenta como caminho possível, uma vez que as ciências humanas cumprem papel crucial no processo de construção e identificação do outro.

Em diálogo com o dossiê, “20 anos da Lei 10.639/2003: a Paraíba fez sua lição?” (2024), há uma tentativa de apreender como o Estado da Paraíba tem contribuído para a efetivação da Lei 10.639/03, sendo salutar a indicação de que ausências e resistências são universos passíveis de serem interpretados, em especial quando se tem a causa como elemento premente de uma educação antirracista na Paraíba, mas de outro modo se tem a escassez de material didático e ou formação específicas em torno das temáticas e conhecimento das relações étnico-raciais.

Segundo Solange Rocha e José Silva (2013), em estudo “À luz da Lei 10.639/03, avanços e desafios...”, a Resolução 002/07, em seus Art. 4º e 12º, do Conselho Municipal de Educação de João Pessoa, sinaliza um caminho favorável a uma educação sensível ao que preconiza a referida legislação educacional, na medida em que estende a recomendação do ensinamento da história da África e da cultura afro-brasileira para todas as disciplinas do currículo da Educação Básica.

No Plano Estadual de Educação (PPE), via de regra, a aplicação da Lei 10.639/03 garantiria em suas metas não só o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, mas formação continuada para o corpo

docente, campanhas educativas em torno do debate das relações étnico-raciais, promoção de material didático, expansão do atendimento das populações negras, quilombolas, indígenas e nômades, tendo a garantia de transporte escolar a esses grupos, implementação de ações afirmativas de inclusão, bem como o estímulo à inserção de conteúdos que combatam o racismo institucional nos cursos de graduação.

Conforme se observa, são metas importantes e que devem não só estarem subscritas enquanto normativa, mas enquanto ação prática de uma educação mais equânime. Nessa direção, apontamos os objetivos do projeto, no campo de interlocução da promoção da Lei 10.639/03 com a perspectiva da Educação Patrimonial,

A educação patrimonial é um excelente meio para uma educação crítica, para que os patrimônios culturais sejam objeto de aproximações sensíveis, com o objetivo de sensibilizar o indivíduo para a valorização destes bens que precisam ser preservados, amparados, apropriados pelos cidadãos que com eles convivem. (FRANCO, 2019, p.38).

O elemento patrimonial se configura como possibilidade de lançar lastro para a sustentação identitária tanto dos indivíduos, sensibilizados pelos elementos patrimonializados, quanto da sociedade que os delimita e compõe. Conforme argumentou Hartog (2006, p. 272), “o patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos”. O patrimônio que se divide em material e imaterial, respectivamente, elementos de pedra e cal e formas de criar, fazer e viver dos grupos sociais, podem ser acionados dentro do debate étnico-racial, a saber: “Inventariar a memória histórica e o patrimônio negro é muito mais tangível do que a razão da distância e de desintegração de memória que a branquitude brasileira nos colocou” (PAULA, 2022, p. 143).

O corpo negro é corpo-documento, nos dizeres de Beatriz Nascimento, é território e arquivo insculpido por valores ancestrais da diáspora que resistiram e re-existiram durante a escravização e o pós-emancipação (REIS, 2022). Nessa intenção, acionamos a capoeira como expressão e

patrimônio vivo que entrecruzam os caminhos de um ensino de História, de uma Educação Patrimonial na Paraíba.

Compreender a circularidade existente na capoeira e o seu diálogo com a Pedagogia Griô, enquanto um conjunto de ações entrelaçadas em atividades que refletem o princípio da ancestralidade como elemento norteador das identidades culturais e transmissão de conhecimentos por meio dos mestres mais velhos, é algo fundamental. Portanto, experimentar vivências de capoeira e sua historicidade, são um conjunto de uma reminiscência, antes ignorada seja pelo puro desconhecimento de sua existência ou acesso aos seus saberes. Nessa direção, questionamos: De que forma esse desconhecimento, pode influenciar na composição de novos lugares de memória capazes, por sua vez, de agir nas identidades de um grupo social?

Importante ressaltar que em 2008, a capoeira foi declarada como Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e já em 2014, obteve esse reconhecimento pela UNESCO. Por certo, pensar o patrimônio e as memórias, perpassa também pensar o anúncio de Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.6), de ser esse um movimento de “alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. O diálogo com o que nos aponta a Lei 10.639/03, é, pois, um leque de possibilidades que se abre para a articulação de novos e antigos conhecimentos, tendo na história e no ensino de história, campo de estudo, leitura e análise da humanidade e do meio social, atravessada pelas marcas da relação presente-passado ao qual se vem recorrendo para a apreensão das relações étnico-raciais junto ao fenômeno educativo em suspeição.

Mediante tais indicativos, justificamos a nossa intenção como parte desse fluxo de transformações em curso na sociedade, sendo a educação peça motriz dessa engrenagem, formando sujeitos individuais e coletivos para o/um mundo, no qual os silêncios e ausências na/da história, devem

não só serem percebidas, como compreendidas em favor de uma educação engajada-libertadora (Freire, 1996; Hooks, 2017), no sentido de constituição de cidadãos, na acepção do termo, que respeitam as experiências dos sujeitos na/para a diversidade humana e cultural.

A Lei 10.639/03, ao tratar do ensino de cultura negra nas escolas, descortina todo um processo civilizatório que precisa ser conhecido, entendido e trabalhado, fazendo com que um novo olhar seja lançado sobre o cotidiano de todos nós (THEODORO, 2022, p.18).

Vale ressaltar que a proposta em diálogo com a Escola Municipal de Ensino Fundamental General Rodrigo Otávio - EMGRO, da Rede Municipal de João Pessoa-PB, incorre em meio a articulação de ação de extensão entre a Unidade Escolar de Ensino e a Universidade Federal da Paraíba, com vista a impulsionar debates articulados aos desafios da prática, em torno do Ensino de História, Educação Patrimonial e a Lei 10.639/03.

A ação reafirma a necessidade de mobilizar o sistema de ensino, em qual nível seja, Educação Básica e/ou Ensino Superior, para corroborar com a efetivação da lei, haja vista os desafios em torno dos processos formativos da docência plena e continuado, e da falta de material didático, para não citar tantos outros elementos tangíveis ao desenvolvimento de uma educação de base antirracista.

METODOLOGIA

Ensino de História e Educação Patrimonial: diálogos com a Lei 10.639/03, desafios da prática, se apresenta como um braço de execução de uma ação articulada, que envolve de modo geral o Departamento de Fundamentação da Educação do Centro de Educação - UFPB; a Escola Municipal de Ensino Fundamental General Rodrigo Otávio - EMGRO; e Grupo de Capoeira Angola Palmares - Roger, João Pessoa/PB.

A junção, em especial no que tange ao Centro de Educação, se deu de modo particular, com vistas a interlocução com algumas ações já em

curso e que vêm a corroborar com o fortalecimento e promoção de uma educação antirracista na unidade de ensino EMGRO, a exemplo do “Travessias – Grupo de Pesquisa em Filosofia e Educação Antirracista, que busca promover, como o próprio nome já diz, a Educação Antirracista e fomentar a interdisciplinaridade, estimulando a colaboração entre pesquisadores/as e estudantes de diversas áreas na luta pela equidade racial na educação brasileira. O grupo em questão foi instrumento de formação continuada e diálogo com corpo docente da EMGRO, tendo como estratégia a apresentação e circulação da cartilha “Travessias para uma Educação Antirracista”⁴.

Conforme se observa, o pensar metodológico, é um pensar cuja circularidade dos saberes produzidos na/pela universidade possam ser acessados pela escola e vice-versa. Portanto, os caminhos que nos levam a um ponto de chegada, nas estratégias e escolhas anunciadas, nos referenciais teóricos elencados, visam ao estabelecimento de diálogos com a Escola EMGRO, qual seja: Ciclo de debates para uma educação étnico-racial, interfaces com a escola básica, evento cadastrado na plataforma do SigEventos da UFPB (<https://sigeventos.ufpb.br/eventos/public/evento/CDPUEEICEB>).

O ciclo foi dividido em dois momentos – 1º Ensino Fundamental (anos finais), com atividade de palestra acerca da Capoeira, Patrimônio Imaterial; 2º Ensino Fundamental (anos iniciais), vivência de capoeira e apresentação de recurso didático ao corpo docente, no caso a Cartilha já referenciada mais acima. Conforme se observa, os debates em torno da temática da educação étnico-racial, interfaces com a escola básica, foram pensados para dois momentos, a saber: dias 10 e 24 de setembro de 2024, tendo no primeiro dia a proposição de mesa redonda intitulada, *Negritude: vivências e sentidos*, com participação do palestrante Breno

4 A cartilha Travessias para uma educação antirracista, pode ser encontrada no endereço: https://www.ufpb.br/riev/travessias/?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaf6SKfQMNfjETFzWvprzCr8EQrQJ7flurzcWMPaM8gcm6rEDrhlU_5_Igtmg_aem_KSPoNnBPqN4WetwLPZaPT-w#pf.

Souza Nascimento, estudante do Curso de Pedagogia da UPB, membro do Projeto Narrativas – Probex e ativista social junto a Rede Autoestima-se, ONG que trabalha acolhimento e saúde mental de mulheres e jovens; e o professor Dr. Yan Soares, vinculado ao Departamento de Fundamentação da Educação, CE/UFPB; e no segundo dia, atividades práticas do universo da Capoeira, cujos encarregados foram a Mestre Malu e o Mestre Dário.

Esse planejamento atendeu à realidade da Escola em termos da logística com os estudantes e professores, bem como levou em conta a real disponibilidade de palestrantes e oficinairos da Capoeira Angola Palmares.

O evento suscitou como propósito, conforme se identifica, envolver estudantes da graduação das licenciaturas da Pedagogia, Letras, História, Sociologia, bem como das ciências sociais da UFPB e docentes do DFE/CE/UFPB. Estudantes e docentes da educação básica, gestores e colaboradores, a fim de: Contribuir com a formação docente - geral e continuada, dentro e fora da UFPB -, em torno dos anunciados da Lei 10.639/03; fomentar o respeito à diversidade, cultura e identidade negra, chamando a atenção para a capoeira; e desenvolver diálogos - Universidade e Unidade de Ensino EMGRO, como forma de ampliação e circulação de conhecimentos em torno da temática étnico-racial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Passados pouco mais de vinte anos da implementação da Lei 10.639/03, ainda estamos vivenciando os desafios de sua prática. Transformações ocorreram e ocorrem no mundo a cada fração de segundo, em torno de um movimento que impulsiona uma mudança de mentalidade radical e necessária, a saber: romper com o mito da democracia racial, com a linearidade presente nas narrativas eurocêntricas da história, de silenciamento e negação do outro pelo fato de ser/existir.

O Ciclo de debates para uma educação étnico-racial, interfaces com a escola básica se apresentou como possibilidade real na intenção de somar esforços a esses propósitos. O evento contou com a destinação de

100 (cem) vagas, cujo o público alvo seriam os estudantes e professores da Educação Básica da Escola EMGRO; e discentes de licenciatura da UFPB. Das vagas abertas, recebemos um total de 96 (noventa e seis) inscrições, o que consideramos um número excelente, por ser um evento a nível local e com um perfil bastante específico em torno da sua temática. Para além, destacamos o fato de outros públicos ligados a Secretaria de Educação da Prefeitura de João Pessoa; Gerência de Direitos Humanos; Universidade Estadual da Paraíba; Escola Municipal João Santa Cruz de Oliveira, também terem inscrições registradas.

A Escola Municipal General Rodrigo Otávio, fica localizada na Av. Mato Grosso, no Bairro dos Estados e embora essa seja uma localização privilegiada de João Pessoa, a instituição atende um público diverso, entre estudantes pertencentes à localidades periféricas e não periféricas, estudantes advindos de casa de acolhimento e do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha. Muitos deles, podemos considerar, atraídos pela boa qualidade do ensino ofertada, bem como pela organização da escola, em termos dos seus profissionais e também da sua estrutura física – sala de informática, biblioteca, pátio, refeitório, quadra poliesportiva e salas de aula climatizadas.

Ademais da análise dos dados dos inscritos, bem como da caracterização sócio espacial da escola, conforme temos deixado saber ao longo desse artigo, a intenção ao tratar dos desafios da prática em torno da implementação da Lei 10.639/03, foi de estabelecer caminhos possíveis de serem acessados pela Escola EMGRO. Portanto, a escolha da capoeira, enquanto patrimônio e expressão de luta, jogo e dança, carregada de ancestralidade, nos pareceu a forma mais adequado no momento. Segundo Abib (2017): “[...]a capoeira fala do sujeito, da rua, do beco, fala a língua do povo”. Essa leitura do que seja a capoeira ou dela resulte, tem sido empregada por João (2019), quando busca estabelecer um diálogo com esse conhecimento gerado e o seu reconhecimento por crianças, adolescentes e jovens das classes populares que estão inseridos nas escolas públicas brasileiras e na cidade de João Pessoa-PB, a exemplo da instituição EMGRO.

O que queremos dizer é que o espaço de educação pública, traduz e acolhe quase sempre uma multiplicidade de sujeitos, dentre os quais os corpos negros são uma realidade, portanto o reconhecimento desses e de outros indivíduos acerca da capoeira, é, pois, um caminho para discussões ainda mais profundas acerca de quem são ou como se enxergam esses estudantes. Durante as ações junto a escola, a ginga, o toque dos tambores e do berimbau ou mesmo a alegria contagiante dos corpos em movimento, não temos dúvidas, foram um veículo de transformação, sendo reflexo disso, a continuidade de ações na EMGRO, resultantes do trabalho feito no primeiro momento, pela Capoeira Angola Palmares, a exemplo temos: a oficina de tranças/ cabelos afros; varal de personalidades negras; exposição de máscaras africanas; e confecção de bonecas abayomi.

Fig. 1: Resultado das ações EMGRO, em torno de uma Educação Antirracista



Fonte: Acervo pessoal das autoras, (MIRANDA & SILVA, 2024)

Como observamos nas imagens acima, houve um comprometimento da escola Emgro em aprofundar os debates e ações em torno das temáticas da História da África e dos Afrodescendentes, fortalecendo ainda mais o sentido do emprego da política de educação nacional e das proposições iniciadas pelo projeto de extensão da UFPB, cuja capoeira se apresentou como peça fundante. João (2019, p.12) argumenta que: “Mundialmente já se reconhece as contribuições da capoeira para a elevação de autoestima de crianças, adolescentes e jovens afrodescendentes em situação de vulnerabilidade social e de afirmação da identidade, de pertencimento a matriz afro.” De certa medida, foi exatamente isso que julgamos ter ocorrido junto a Emgro e alguns dos seus estudantes, ao passo que as identidades negras foram fortalecidas e potencializadas.

Compreendemos que ao tratar da capoeira e sua história, acabamos por defender o direito a memória das populações negras no Brasil e Paraíba. Nesse movimento, importa historicizar os caminhos percorridos, os sentidos de (re)existências que envolvem a prática da capoeira. Quanto ao aspecto histórico, lemos:

A capoeira foi recriada no Brasil pelos povos africanos na época da escravidão, com movimentos inspirados em danças guerreiras africanas. Sempre foi um símbolo de luta e resistência do movimento negro, geralmente representado em suas canções. No Brasil, em 1890, o Código Penal da República proibia a prática da capoeira com severas punições, tais como castigos corporais. Já no governo de Getúlio Vargas, a capoeira passou a ser valorizada, quando o baiano Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba), criador da luta regional baiana, mais tarde chamada de capoeira Regional, foi convidado pelo então presidente da República para uma apresentação no Palácio do Governo. De lá pra cá, muita coisa mudou em termos políticos. (LAUREANO; CARVALHO; HOLMES; ROSA, 2020, p.227).

É preciso chamar a atenção para as mudanças no tempo e espaço, bem como se faz pertinente elucidar que a Capoeira Angola, se apresenta como uma vertente mais tradicional e no geral, tem em seu modus operandi, os valores da cultura negra e as concepções do povo negro. As origens da capoeira revelam um traço da diáspora africana, fenômeno

que acabou criando comunidades afrodescendentes no Brasil e pelo mundo, deixando a sua influência cultural, manifestando-se, por exemplo na capoeira e em seus elementos de música e dança. Segundo ainda nos falam Laureano; Carvalho; Holmes; Rosa (2020, p. 228): “Na cultura trazida pela diáspora africana existe uma relação de respeito com a ancestralidade, onde quem detém o conhecimento são os mais velhos”.

O grupo Capoeira Angola Palmares, Roger/PB, foi fundado em 17 de março de 1998, com a coordenação do Mestre Dário Pereira João, com participação da também hoje Mestra, Malu e supervisão do Mestre Lázaro e orientação do Mestre Norival Moreira de Oliveira (Mestre Nô), a quem o grupo está ligando tendo em vista a Associação Brasileira e Cultural de Capoeira Angola Palmares. Esses Mestres de algum modo representam essa dinâmica circular da ancestralidade. O grupo atualmente funciona na sede do Centro Cultural Piolim e tem estabelecido diálogos múltiplos com o campo educacional, dentre os quais a experiência na EMGRO pode ser exemplo.

Fig. 2: Roda de Capoeira Angola Palmares, com Mestre Dário e Mestra Malu, na EMGRO



Fonte: Acervo pessoal das autoras, (MIRANDA & SILVA, 2024)

Conforme se observa da imagem acima, o grupo também tem tradição da prática do Maculelê, uma manifestação cultural advinda da cidade Santo Amaro da Purificação-BA e cujas origens remontam a elementos afro-brasileira e indígena, antes praticada como luta armada, hoje, dança coreografada pelo ritmo forte da batida dos bastões a acompanhar a

música. Durante esse momento, vários estudantes foram convidados a participarem da roda, na toada dos estalados da madeira que hipnotizavam e contagiavam a todos.

Sem sombra de dúvidas, a vivência da capoeira na escola, foi um momento de bastante aprendizado, de respeito e alteridade. Vários estudantes se interessaram pela prática, buscando contato com o grupo, para além do espaço do evento, o que compreendemos possa ser interpretado como algo positivo, quando refletimos acerca dos propósitos anunciados pela ação extensionista empreendida na escola, em diálogo com a UFPB e a Capoeira Angola Palmares. Portanto, esse foi um movimento que somou no âmbito educacional, tomando como ponto de partida a Lei 10.639/03 e os seus desafios práticos.

Conteúdos, procedimento, livros didáticos, etc, ignoram ou pervertem os valores civilizatórios africanos que são parte do cotidiano social. Os referenciais afro-brasileiros são normalmente lembrados na escola em datas pontuais e esquecidas durante o resto do ano. Nessas ocasiões, muitas vezes, as manifestações da cultura afro-brasileira, aparecem descontextualizadas, sem nenhuma conexão com uma proposta pedagógica que considere a discussão sobre a identidade afrobrasileira como um dos elementos fundamentais para a reversão da própria realidade educacional. (BRASIL, 2002, p. 19-20).

Conforme se observa da citação, a Lei 10.639/03 ainda tem um longo caminho, avanços já podem ser sentidos em termos de ultrapassar barreiras, dentre as quais compreendemos que o recorte, apenas na semana do 20 de novembro não cabe mais. A capoeira ainda não está presente nas escolas de maneira efetiva, muito embora a presença do Grupo Angola Palmares na EMGRO, tenha suscitado questionamentos por parte dos alunos: “porque a nossa escola não tem a oferta de aulas de capoeira? Quando iremos ter?” Segundo João (2019), a capoeira pode e deve ser acionada, juntamente com outras ações afirmativas para mudar o quadro de exclusão escolar que sofre os negros e afro brasileiros. Ainda segundo ele,

Partindo do pressuposto que a capoeira pode ser uma das possibilidades para a educação das relações étnico-raciais na escola, neste sentido foi e é um instrumento de valorização do referencial afro-brasileiro, de afirmação de identidade de cidadão negro e afro-brasileiro e, por conseguinte de combate ao racismo. De certa maneira as músicas de capoeira comunicam para as novas gerações as lutas de resistência de antigos capoeiras e da ascendência negra brasileira. (JOÃO, 2019, p. 24).

Importante esse destaque dado às músicas como um espaços que conta histórias. Se pensarmos as letras das músicas enquanto fonte, podemos avançar em problematizações e análises acerca da ideia de liberdade do povo negro e a tradição oral, por exemplo. Segundo Melo (2017, p.5), “A capoeira é fonte produtora de literatura oral – através de suas cantigas”. Ao participarem da roda e ouvirem as letras das músicas, os alunos/as da Escola EMGRO, puderam ir além dos ensinamentos dados em sala de aula de História, pois a aula estava sendo ministrada naquele momento, ao refletirem acerca da narrativa expressa naquelas cantigas, como julgamos tenha sido o caso da música “Maculelê”, de Carolina Soares, no qual se lê:

Sou eu, sou eu, sou eu
Maculelê, sou eu
Sou eu, sou eu, sou eu
Maculelê, sou eu (coro)

E, nos viemos das Alagoas
Somos filho da mata real
Viva Zumbi, nosso rei negro
No caminho do canavial

Sou eu, sou eu, sou eu
Maculelê, sou eu
Sou eu, sou eu, sou eu
Maculelê, sou eu (coro)

Você bebeu jurema
Você se embriagou
Na flor do mesmo pal
Vós mecê se alevantou

Você bebeu jurema
Você se embriagou
Na flor do mesmo pal
Vós mecê se alevantou (coro)

Corre pro mato que a batalha começou
É a Guerra dos Palmares
Vamos lutar meu senhor

Corre pro mato que a batalha começou
É a Guerra dos Palmares
Vamos lutar meu senhor

Sou eu, sou eu, sou eu,
Maculelê, sou eu
Sou eu, sou eu, sou eu,
Maculelê, sou eu (coro)

Conforme se observa, o verso entoado repetidas vezes e de forma coletiva, na ocasião, pelos estudantes da EMGRO, reafirma a identidade do sujeito com a tradição do Maculelê, traduzindo um sentimento de pertencimento e orgulho das raízes culturais negras. A música ainda anuncia a luta quilombola, na figura do Zumbi dos Palmares e menciona a Jurema, uma expressão da cultura afro indígena.

Na ginga, no toque ressoante dos tambores, na melodia e musicalidade das letras, tudo é história e rerepresentação. A capoeira se apresenta em meio a esse universo, que como argumenta Chartier (2010, p.51): “As representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhe seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é.”

As representações envolvem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento dos agentes sociais, elas são determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Perceber a capoeira por entre essas brechas é fundamental para apreender as suas representações no tempo e espaço, desde a associação a vadiagem na época do Brasil colônia e imperial, até

o seu fortalecimento enquanto elemento cultural negro e patrimônio imaterial da humanidade.

Desde 2013, conforme indicam Laureano; Carvalho; Holmes; Rosa (2020, p.234), o Grupo Capoeira Angola Palmares - Roger JP/PB passou a ser considerado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - Patrimônio Cultural do bairro do Roger, que também é apontado pelo IPHAN como: sinônimo de negritude, tendo como referência os tambores e berimbaus da capoeira Angola Palmares.

Fig. 3: Registro dos Grupos, Travessias e Capoeira Angola Palmares Roger/PB, na Escola EMGRO



Fonte: Acervo pessoal das autoras, (MIRANDA & SILVA, 2024)

A ação de extensão desenvolvida pelo Departamento de Fundamentação da Educação, do Centro de Educação da UFPB, em parceria com o Grupo Travessias e da Capoeira Angola Palmares, somou esforços para o emprego da Lei 10.639/03 na Escola EMGRO, sendo nesse movimento, o ensino de História pensado em diálogo com a indissociabilidade da teoria e a prática, em torno dos conhecimentos da História Africana e dos afrodescentes, tomando a capoeira como elo e instrumento de transformação e informação associada às propostas do desenvolvimento de uma educação antirracista no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei 10.639/03, apesar de estabelecer os seus propósitos de forma clara, qual seja: valorizar a História da África, a luta dos povos negros no Brasil, bem como sua cultura, levando em consideração a sua inserção na formação nacional, e definindo que os conteúdos sejam eles atravessados por todo o currículo, em especial nas áreas de artes, literatura e história, ainda assim, vários são os desafios da sua prática. Pensando justamente nesses desafios impostos à Educação Básica, escolas e seus professores, que intentamos apontar caminhos possíveis, não na intenção de serem eles a salvação para o problema, não nesse sentido, mas de fomentar o debate, planejar estratégias e sobretudo corroborar com o ideal de educação antirracista a que defendemos.

O Brasil está longe de uma democracia racial, a todo dia, a cada instante, as desigualdades de classe, gênero e raça se apresentam de forma (in)direta nas violências instituídas no conjunto social. Portanto, é fundamental não só a busca por equidade, mas garantir que nessa busca, esteja ancorado o acesso e permanência dos negros na escola e mais, que estejam estabelecidos os diálogos para o reconhecimento das experiências e cultura dos negros no tempo e espaço histórico, buscando com isso, reparar possíveis danos à sua identidade e a seus direitos.

O ensino de História nessa perspectiva, deve caminhar aliada ao estabelecimento de reflexões, análises e problematizações que auxiliem a compreensão de outras narrativas que não apenas a empregada pela visão eurocêntrica, de ver e contar a História. A capoeira nessa direção, é representação, memória e ancestralidade, e nos ajuda nesse processo de constituição de olhares outros. As ações do Grupo de Capoeira Angola Palmares - Roger/PB, juntamente com a proposta formativa do Grupo Travessias e o projeto de Extensão do DFE/CE/UFPB, somaram esforços para a visibilidade dos temas étnico-raciais na escola EMGRO, provocando o debate das identidades afrobrasileira e estabelecendo sentidos de pertença, manutenção de valores sócio culturais e de tradições.

As ações na EMGRO, certamente foram positivas e geraram significativas mudanças na instituição e se não em todos, pelo menos em alguns sujeitos, não apenas no momento dos dois dias de atividades lançadas pelo evento extensivista, mas a longo prazo quando da construção junto a biblioteca da escola de uma estante para a literatura afrobrasileira, bem como outras ações de fortalecimento das representações negras, a exemplo: a aceitação do cabelo crespo e cacheado, enquanto elemento identitário dos corpos negros na EMGRO e fora dela também.

Por fim, deixamos saber que a capoeira enquanto Patrimônio Imaterial da Humanidade, com sua ginga, batuques e berimbals, alavancou caminhos possíveis para um ensino de História atento e interessado no reconhecimento e valorização de uma cultura ancestral, conforme observamos no trato com as letras das músicas, que anunciam um contexto e, quase sempre as lutas por liberdade do povo negro, suscitando uma tônica antirracista e um diálogo com os propósitos impostos pelo currículo da educação no nosso país. Por outro lado, também devemos alertar, que as mudanças e avanços por ventura alcançados nessa ação de extensão, certamente são insuficientes para dar conta dos desafios da prática da Lei 10.639/03 nas escolas, na contemporaneidade. Contudo, foi ela uma indicação e possibilidade de intervenção na EMGRO, como meio de articulação com os propósitos da instituição, a política de educação nacional e o ensino de História.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Fundação Cultural Palmares**. Oficina de capoeira: a escola em movimento. Salvador, 2002.

Corrêa, Joseane. P. **A de ensinar capoeira, na roda e na vida**: pedagogia da capoeiragem de Norival Moreira de Oliveira – Mestre Nô. Dissertação (mestrado) - Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, 77 p.

Dossiê 20 anos da Lei 10.639/03: A Paraíba fez sua lição?. Org. Silva, Durvalina Rodrigues Lima de Paula; Silva, Terlúcia Maria da; SILVA, Uliana Gomes. 1ª ed. João Pessoa, PB: Livreditora: Aboyomi - Coletivo de Mulheres Negras na Paraíba, 2024.

Grupo de Pesquisa Travessias: Filosofia e Educação Antirracista. **Cartilha Traves-
sias para uma Educação Antirracista.** João Pessoa, 2024. Disponível em: Último
Acesso: 12 de setembro de 2025.

Franco, Francisco Carlos. **Educação, patrimônio e cultura local:** concepções e
perspectivas pedagógicas. Curitiba: CRV, 2019.

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa.
São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Ed.). **Roda de capoeira
e ofício dos mestres de capoeira.** Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: [http://
portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/DossieCapoeiraWeb.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/DossieCapoeiraWeb.pdf) Último acesso:
24/07/2024.

Hartog, François. Tempo e patrimônio. **Varia História.** Belo Horizonte, v. 22, n.
36, jul-dez 2006, p. 261-273.

Hooks, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade.
Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

Horta, M.L.P., Grunberg, E. & Monteiro, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimo-
nial.** Brasília: IPHAN / Museu Imperial, 1999.

JOÃO, Dário Pereira. **A Capoeira Angola no Espaço da Escola:** uma experiência
da prática da capoeira na EEEF Ana Higina. João Pessoa, PB: Centro de Educa-
ção UFPB, 2019 (Trabalho de Conclusão de Curso).

LAUREANO, Carlos Silva; CARVALHO, Gean David de; HOLMES, Karina Ceci de
Souza; ROSA, Maria Nilza Barbosa. Roda de capoeira, memórias representadas:
ressignificação do grupo Angola Palmares – Roger JP/PB. **Revista RACIn**, v.8, n.
1, p. 226-241, jan./jun. 2020.

Lima, Maria de Lourdes Farias. **Zumbi Bahia:** o começo da capoeira em João
Pessoa. João Pessoa: s.n, 2005. 39p. Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

Paula, Tainá de. A decolonialidade do patrimônio. In: **Territórios Negros**: patrimônio e educação na Pequena África. Organização Renato Emerson dos Santos ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

MELO, Sálvio Fernandes de. Cantigas de capoeira: uma fonte de saber e ensino da história e cultura afro-brasileira. **Boitató**, Londrina, v. 2, n. 4, p. 108-122, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/view/30890>. Acesso em: 6 out. 2025.

Reis, Diego dos Santos. Corpo-documento: um ensaio para descolonizar memórias. **Interritórios**, v. 8, n. 16, p. 78-93, 25 abr. 2022.

Rocha, Solange; Silva, José Antonio Novaes. À Luz da Lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, p. 55-82, jul.- out. 2013.

Theodoro, Helena. Os territórios negros do Rio de Janeiro. In: **Territórios Negros**: patrimônio e educação na Pequena África. Organização Renato Emerson dos Santos ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

Xavier, João Victor Ramos. **As Contribuições da Capoeira na Identidade Negra da Criança na Educação Infantil**: uma experiência do estágio curricular. João Pessoa, PB: Centro de Educação UFPB, 2023 (Trabalho de Conclusão de Curso).